
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 7ª (SÉTIMA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM TRÊS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, SEM
GARANTIA REAL OU FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS
DE COLOCAÇÃO, DA VOTORANTIM CIMENTOS S.A.

ENTRE

VOTORANTIM CIMENTOS S.A.,
COMO EMISSORA

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,
COMO AGENTE FIDUCIÁRIO

DATADA DE
12 SETEMBRO DE 2014

JUCESP
30 09 14

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 7ª (SÉTIMA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM TRÊS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, SEM GARANTIA REAL OU FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA VOTORANTIM CIMENTOS S.A.

As partes abaixo qualificadas:

VOTORANTIM CIMENTOS S.A., sociedade por ações sem registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho 1996, 11º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ**") sob o nº 01.637.895/0001-32, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**") sob o NIRE 35300370554, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Emissora**"); e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 4200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Agente Fiduciário**", e, em conjunto com a Emissora, as "**Partes**"), nomeada neste instrumento para representar a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) ("**Debenturistas da Primeira Série**"), dos titulares das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) ("**Debenturistas da Segunda Série**") e dos titulares das Debêntures da Terceira Série (conforme definido abaixo) ("**Debenturistas da Terceira Série**" e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Série e os Debenturistas da Segunda Série, "**Debenturistas**"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**").

celebram o presente "Instrumento Particular de Escritura da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Três Séries, da Espécie Quirografária, sem Garantia Real ou Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Votorantim Cimentos S.A." ("**Escritura de Emissão**"), nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A emissão das Debêntures (conforme definido abaixo), nos termos da Lei das Sociedades por Ações ("**Emissão**"), a oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação das Debêntures, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei do Mercado de Valores Mobiliários**"), da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 476**"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("**Oferta**"), e a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo), serão realizadas com base nas deliberações:

W
29
comp
Votorantim Cimentos
Divisão Jurídica

JUCESP
30 09 14

- (i) da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 12 de setembro de 2014 ("RCA"); e

- (ii) da assembleia geral extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 12 de setembro de 2014 ("AGE").

2. DOS REQUISITOS

2.1 A Emissão, a Oferta e a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição serão realizadas com observância dos requisitos abaixo.

2.1.1 Arquivamento e Publicação das Deliberações

2.1.1.1 Nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações:

- (i) a ata da RCA será arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Diário do Comércio"; e
- (ii) a ata da AGE será arquivada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal "Diário do Comércio".

2.1.1.2 Os atos societários relacionados à Emissão ou às Debêntures que eventualmente venham a ser praticados após o registro desta Escritura de Emissão serão igualmente arquivados na JUCESP e publicados no DOESP e no jornal "Diário do Comércio", conforme legislação em vigor.

2.1.2 Inscrição desta Escritura de Emissão

2.1.2.1 Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo que a Emissora entregará uma via original registrada desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos, conforme o caso, ao Agente Fiduciário no prazo de 10 (dez) Dias Úteis (conforme definido abaixo) contados da data da respectiva inscrição ou averbação, conforme o caso.

2.1.3 Dispensa de Registro na CVM

2.1.3.1 A Oferta está automaticamente dispensada do registro de distribuição na CVM de que trata o artigo 19 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, nos termos do artigo 6º da

W
BA
Votaramento Consultivo
Divisão Jurídica

JUCESP
30 09 14

Instrução da CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de colocação.

2.1.4 Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.4.1 Nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso I, e parágrafo 2º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", a Oferta será registrada perante a ANBIMA apenas para os fins de envio de informações à sua base de dados, desde que expedidas as diretrizes específicas pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas do Mercado de Capitais da ANBIMA nesse sentido até o encerramento da Oferta perante a CVM.

2.1.5 Registro para Distribuição

2.1.5.1 As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário, por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP.

2.1.6 Registro para Negociação e Custódia Eletrônica

2.1.6.1 Observado o disposto na Cláusula 4.3.1 abaixo, as Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário, por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DA OFERTA

3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1 A Emissora tem por objeto: (i) a pesquisa, a lavra, a exploração e o aproveitamento em geral de jazidas minerais; (ii) a produção, o transporte rodoviário, a distribuição, a importação, a exportação e o comércio em geral de cimento, cal, argamassa, gesso e de respectivas matérias-primas e produtos derivados, afins ou correlatos, fertilizantes e corretivos de solo, artefatos de cimento e seus derivados, afins e correlatos; (iii) a geração de energia elétrica para o emprego em instalações industriais próprias e comercialização de excedentes; (iv) o co-processamento para geração de energia; (v) os serviços de concretagem e outras atividades concernentes ao seu ramo de

JUCESP
30 09 14

negócio; (vi) a prestação de serviços relativos à construção, supervisão, estudos, exploração do ramo de projetos e execução de quaisquer obras de engenharia civil, em todas suas modalidades técnicas e econômicas, por conta própria ou através de terceiros, por empreitada ou por administração; (vii) o arrendamento, comodato e locação de bens imóveis; (viii) a administração e exploração de projetos florestais; (ix) a importação e exportação de materiais, máquinas e equipamentos para construção; (x) a prestação de assistência técnica a empresas que explorem o mesmo ramo de negócio; (xi) a prestação de serviços especializados e intermediação de negócios relacionados com seu objeto social; (xii) a prestação de serviços de gestão de negócios, análises de viabilidade econômica de investimentos e de projetos de exploração na área de cimento, cal, materiais de construção em geral e em outras correlatas; e (xiii) a participação em organização e/ou administração de sociedades de qualquer natureza, consórcio, parceria e associações no Brasil ou no exterior.

3.2 Número da Emissão

3.2.1 Esta é a 7ª (sétima) emissão pública de debêntures da Emissora.

3.3 Número de Séries e Quantidade de Debêntures

3.3.1 A Emissão será realizada em 3 (três) séries, sendo:

- (i) a primeira série composta por 15.000 (quinze mil) debêntures ("Debêntures da Primeira Série");
- (ii) a segunda série composta por 30.000 (trinta mil) debêntures ("Debêntures da Segunda Série"); e
- (iii) a terceira série composta por 15.000 (quinze mil) debêntures ("Debêntures da Terceira Série", e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série, "Debêntures").

3.3.2 Serão emitidas, no total das 3 (três) séries, 60.000 (sessenta mil) Debêntures.

3.3.3 Ressalvadas as referências expressas às Debêntures da Primeira Série, às Debêntures da Segunda Série ou às Debêntures da Terceira Série, todas as referências às "Debêntures" devem ser entendidas como referência às Debêntures da Primeira Série, às Debêntures da Segunda Série e às Debêntures da Terceira Série, em conjunto.

JUCESP
30 09 14

3.4 Montante da Emissão

3.4.1 O montante total da Emissão será de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

3.5 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.5.1. O banco liquidante da Emissão é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus s/n.º, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante na prestação dos serviços de instituição liquidante relativos às Debêntures).

3.5.2. O escriturador mandatário das Debêntures é Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus s/n.º, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Escriturador Mandatário", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador Mandatário na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

3.6 Destinação dos Recursos

3.6.1 Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão destinados ao refinanciamento do endividamento existente incorridos no curso normal de seus negócios.

3.8 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.8.1 As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, nos termos do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Três Séries, da Espécie Quirografária, sem Garantia Real ou Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Votorantim Cimentos S.A." ("Contrato de Distribuição"), com a intermediação de instituição intermediária líder ("Coordenador Líder") e outras instituições, todas integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, tendo como público alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").

2
W
Votorantim Cimentos
Divisão Jurídica

JUL 29
30 09 14

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1 *Valor Nominal Unitário*

4.1.1.1 Na Data de Emissão, o valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.1.2 *Data de Emissão*

4.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de setembro de 2014 ("Data de Emissão").

4.1.3 *Datas de Vencimento*

4.1.3.1 Exceto nos casos de aquisição facultativa com o cancelamento das Debêntures, de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o vencimento final: (i) das Debêntures da Primeira Série ocorrerá em 1º de setembro de 2018 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"); (ii) das Debêntures da Segunda Série ocorrerá em 1º de setembro de 2019 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda"); e (iii) das Debêntures da Terceira Série ocorrerá em 1º de setembro de 2019 ("Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série"). Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo devedor de seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme definido abaixo) devidos e não pagos, calculados na forma prevista nesta Escritura de Emissão.

4.1.4 *Forma*

4.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.5.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade de Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP extrato em nome do Debenturista, expedido pela CETIP.

W
BA
Rmbs
Valoração Financeira
Divisão Técnica

4.1.6 *Espécie*

4.1.6.1 As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sem garantia real ou fidejussória e sem preferência.

4.1.7 *Convertibilidade*

4.1.7.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.2 **Subscrição**

4.2.1 *Prazo de Subscrição*

4.2.1.1 Respeitado o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2 acima, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.

4.2.2 *Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização*

4.2.2.1 As Debêntures serão subscritas por meio do MDA, por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, em uma mesma data, e integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), e em moeda corrente nacional, sendo que:

- (i) as Debêntures da Primeira Série serão integralizadas pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo), calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização ("Preço de Subscrição e Integralização das Debêntures da Primeira Série"), podendo ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures da Primeira Série, sendo certo que o Preço de Subscrição e Integralização das Debêntures da Primeira Série, na Data da Integralização, será o mesmo para todos os seus subscritores;
- (ii) as Debêntures da Segunda Série serão integralizadas pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo), calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização; e

DUCESP
30 09 14

- (iii) as Debêntures da Terceira Série serão integralizadas pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Terceira Série (conforme definido abaixo), calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.

4.3 Negociação

4.3.1 As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21. As Debêntures somente poderão ser negociadas por meio do CETIP21 depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data da respectiva subscrição ou aquisição, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, exceto se a Emissora obtiver o registro de que trata o artigo 21 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários.

4.4 Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário

4.4.1 Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário.

4.5 Remuneração

4.5.1 Juros Remuneratórios das Debêntures

4.5.1.1 Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série

4.5.1.1.1 Sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 108,80% (cento e oito inteiros e oitenta centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI") ("Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

4.5.1.1.2 Os Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série serão pagos até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série ou até data da amortização ou resgate

W

2014/09/30

Verificação Execução
Direção Jurídica

DUCESP
30 09 14

antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, nas datas indicadas abaixo:

Datas de Pagamento dos Juros
Remuneratórios das Debêntures
da Primeira Série
01/03/2015
01/09/2015
01/03/2016
01/09/2016
01/03/2017
01/09/2017
01/03/2018
01/09/2018

4.5.1.1.3 Os Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J = valor unitário dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série acumulado no período, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

n = número total de Taxas DI, sendo "n" um número inteiro;

W
2016
Notariação
Divisão
Notária

JUCESP
30 09 14

p = 108,80;

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (over extra-grupo), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Observações:

- (i) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- (ii) o fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (iii) efetua-se o produtório dos fatores $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e
- (iv) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.5.1.1.4 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas da Primeira Série, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.1.1.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou

W ZI 2015
Votaramento Censal
Divisão Jurídica

DUCESP
30 09 14

determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver o substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série, conforme procedimento previsto na Cláusula 8 abaixo, para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a ~~deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série.~~

4.5.1.1.6 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série, referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.

4.5.1.1.7 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias a contar a partir da data de realização da respectiva assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série, qual a alternativa escolhida dentre:

- (i) a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará a totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva assembleia geral de Debenturistas, ou na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, o que ocorrer primeiro, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série aplicável às Debêntures da Primeira Série a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a ~~mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente; ou~~
- (ii) a Emissora amortizará antecipadamente a totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série. Durante o prazo de amortização das Debêntures da Primeira Série pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série respeitará

DUCRESP
30 09 14

tal cronograma de amortização, observado que, até a amortização integral das Debêntures da Primeira Série, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida por Debenturistas da Primeira Série reunidos em assembleia geral de ~~Debenturistas da Primeira Série, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em~~ operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa substituta dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI.

4.5.1.2 Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série

4.5.1.2.1 Sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 107,91% (cento e sete inteiros e noventa e um centésimos por cento) da variação acumulada da Taxa DI ("Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

4.5.1.2.2 Os Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série serão pagos até a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série ou até data da amortização ou resgate antecipado das Debêntures da Segunda Série e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, nas datas indicadas abaixo:

Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série
01/03/2015
01/09/2015
01/03/2016
01/09/2016
01/03/2017
01/09/2017
01/03/2018
01/09/2018
01/03/2019
01/09/2019

JUCESP
30 09 14

4.5.1.2.3 Os Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J = valor unitário dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série acumulado no período, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

n = número total de Taxas DI, sendo "n" um número inteiro;

p = 107,91;

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (over extra-grupo), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

W

A handwritten signature in blue ink is written over a rectangular stamp. The stamp contains the text "Locação" and "Divisão" in a stylized font.

DUCESP
30 09 14

Observações:

- (i) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;

- (ii) o fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_t \times \frac{P}{100}\right)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;

- (iii) efetua-se o produtório dos fatores $\left(1 + TDI_t \times \frac{P}{100}\right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e

- (iv) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.5.1.2.4 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas da Segunda Série, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.1.2.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver o substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, conforme procedimento previsto na Cláusula 8 abaixo, para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série.

4.5.1.2.6 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.

JUCESP
30 09 14

4.5.1.2.7 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias a contar a partir da data de realização da respectiva assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, qual a alternativa escolhida dentre:

- (i) a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará a totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva assembleia geral de Debenturistas, ou na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, o que ocorrer primeiro, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme aplicável, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série aplicável às Debêntures da Segunda Série a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente; ou
- (ii) a Emissora amortizará antecipadamente a totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série. Durante o prazo de amortização das Debêntures da Segunda Série pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série respeitará tal cronograma de amortização, observado que, até a amortização integral das Debêntures da Segunda Série, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida por Debenturistas da Segunda Série reunidos em assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa substituta dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI.

4.5.1.3 *Juros Remuneratórios das Debêntures da Terceira Série*

4.5.1.3.1 Sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 109,40% (cento e nove inteiros e quarenta centésimos por cento) da variação acumulada da Taxa DI ("Juros Remuneratórios das Debêntures

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
Notarato Civil
Divisão Jurídica

JUCESP
30 09 14

da Terceira Série”), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Terceira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

4.5.1.3.2 Os Juros Remuneratórios das Terceira da Segunda Série serão pagos até a Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série ou até data da amortização ou resgate antecipado das Debêntures da Terceira Série e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, nas datas indicadas abaixo:

Datas de Pagamento das Debêntures da Terceira Série
01/03/2015
01/09/2015
01/03/2016
01/09/2016
01/03/2017
01/09/2017
01/03/2018
01/09/2018
01/03/2019
01/09/2019

4.5.1.3.3 Os Juros Remuneratórios das Debêntures da Terceira Série deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J = valor unitário dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Terceira Série acumulado no período, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Terceira Série imediatamente

JUCESP
30 09 14

anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

n = número total de Taxas DI, sendo "n" um número inteiro;

p = 109,40;

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (over extra-grupo), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Observações:

- (i) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- (ii) o fator resultante da expressão $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (iii) efetua-se o produtório dos fatores $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e
- (iv) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

JUCESP
30 09 14

4.5.1.3.4 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas da Terceira Série, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.1.3.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver o substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de Debenturistas da Terceira Série, conforme procedimento previsto na Cláusula 8 abaixo, para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da assembleia geral de Debenturistas da Terceira Série.

4.5.1.3.6 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas da Terceira Série, referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Terceira Série, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.

4.5.1.3.7 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Terceira Série em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias a contar a partir da data de realização da respectiva assembleia geral de Debenturistas da Terceira Série, qual a alternativa escolhida dentre:

- (i) a Emissora resgatará antecipadamente e, consequentemente, cancelará a totalidade das Debêntures da Terceira Série em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva assembleia geral de Debenturistas, ou na Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série, o que ocorrer primeiro, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, conforme aplicável, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Terceira Série, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da Terceira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Nesta hipótese, para cálculo dos

JUCESP
30 09 14

Juros Remuneratórios das Debêntures da Terceira Série aplicável às Debêntures da Terceira Série a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente; ou

-
- (ii) a Emissora amortizará antecipadamente a totalidade das Debêntures da Terceira Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série. Durante o prazo de amortização das Debêntures da Terceira Série pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Terceira Série respeitará tal cronograma de amortização, observado que, até a amortização integral das Debêntures da Terceira Série, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida por Debenturistas da Terceira Série reunidos em assembleia geral de Debenturistas da Terceira Série, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa substituta dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Terceira Série seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI.

4.6 Repactuação Programada

- 4.6.1 Não haverá repactuação programada das Debêntures.

4.7 Amortização

- 4.7.1 A amortização do Valor Nominal Unitário ocorrerá:

- (i) no caso das Debêntures da Primeira Série, em 1 (uma) única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série;
- (ii) no caso das Debêntures da Segunda Série, anualmente, em 1º de setembro de 2017 (cuja parcela corresponderá a 33,3333% do Valor Nominal Unitário), 1º de setembro de 2018 (cuja parcela corresponderá a 33,3333% do Valor Nominal Unitário) e 1º de setembro de 2019 (cuja parcela corresponderá ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série); e
- (iii) no caso das Debêntures da Terceira Série, em 1 (uma) única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série.

DUCESP
30 09 14

4.8 Condições de Pagamento

4.8.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.8.1.1 Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, serão realizados pela Emissora (i) no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, aos Juros Remuneratórios, a prêmio de resgate antecipado, conforme aplicável, e aos Encargos Moratórios, se for o caso, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio da CETIP; ou, nos demais casos, (ii) por meio do Escriturador Mandatário ou na sede da Emissora, conforme o caso.

4.8.2 Prorrogação dos Prazos

4.8.2.1 Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da CETIP, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (ii) com relação a qualquer obrigação que não seja realizada por meio da CETIP, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, e que não seja sábado ou domingo.

4.8.3 Encargos Moratórios

4.8.3.1 Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os valores vencidos e não pagos serão acrescidos dos seguintes encargos moratórios (em conjunto, "Encargos Moratórios"): (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.8.4 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.4.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da

JUCESP
30 09 14

Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios, se for o caso, no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou do comunicado publicado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário.

4.9 *Publicidade*

4.9.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no DOESP e no jornal "Diário do Comércio", conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

5. AQUISIÇÃO FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, OFERTA FACULTATIVA DE RESGATE ANTECIPADO E VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1 *Aquisição Facultativa*

5.1.1 *Aquisição Facultativa das Debêntures*

5.1.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476 e demais disposições aplicáveis, adquirir Debêntures em circulação no mercado, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e as regras expedidas pela CVM, devendo tal(is) aquisição(ões) constar(em) do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures objeto deste procedimento, conforme seja o caso, poderão (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora, (ii) permanecer em tesouraria, ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures da sua respectiva série que ainda estiverem em circulação, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista na Cláusula 4.3.1 acima.

5.2 Resgate Antecipado Facultativo

5.2.1 *Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série*

5.2.1.1 As Debêntures da Primeira Série, a qualquer momento a partir do 7º (sétimo) mês contado da Data de Emissão, as Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série, a qualquer momento a partir da Data de Integralização, poderão, a critério exclusivo da Emissora, ser facultativamente resgatadas, total ou parcialmente, por meio de envio de comunicação, por escrito, à totalidade dos Debenturistas da Primeira Série, dos Debenturistas da Segunda Série e/ou dos Debenturistas da Terceira Série, conforme aplicável, ou de publicação de aviso nos jornais usualmente utilizados pela Emissora para suas publicações legais, bem como mediante envio de comunicação escrita ao Agente Fiduciário com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis, informando (i) a data do resgate; (ii) a quantidade de Debêntures que serão resgatadas e se o resgate abrangerá todas as séries ou determinada série a ser especificada; e (iii) qualquer outra informação relevante aos Debenturistas de cada uma das séries. O valor de resgate será correspondente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série, dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série ou dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Terceira Série, conforme aplicável, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série, dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série ou dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Terceira Série, conforme aplicável, imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Ao valor de resgate será acrescido ainda prêmio, apenas no caso das Debêntures da Segunda Série e no caso das Debêntures da Terceira Série (de modo que o resgate antecipado das Debêntures da Primeira Série não terá qualquer prêmio ou penalidade), incidente sobre o valor do resgate antecipado das Debêntures da Segunda Série ou das Debêntures da Terceira Série, conforme aplicável (sendo que, para os fins de cálculo do prêmio, o valor do resgate antecipado significa o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série em circulação ou o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série em circulação, conforme aplicável, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série ou dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Terceira Série, conforme aplicável, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série ou dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Terceira Série, conforme aplicável, imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento), correspondente a:

- (i) 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento), caso o resgate antecipado das Debêntures da Segunda Série ou das Debêntures da Terceira Série ocorra entre a Data de Integralização, exclusive, e 1º de setembro de 2015, inclusive;

JUCESP
30 09 14

- (ii) 0,30% (trinta centésimos por cento), caso o resgate antecipado das Debêntures da Segunda Série ou das Debêntures da Terceira Série ocorra entre 1º de setembro de 2015, exclusive, e 1º de setembro de 2016, inclusive;
- (iii) 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), caso o resgate antecipado das Debêntures da Segunda Série ou das Debêntures da Terceira Série ocorra entre 1º de setembro de 2016, exclusive, e 1º de setembro de 2017, inclusive; e
- (iv) 0,20% (vinte centésimos por cento), caso o resgate antecipado das Debêntures da Segunda Série ou das Debêntures da Terceira Série ocorra entre 1º de setembro de 2017, exclusive, e a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série ou a Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série, conforme aplicável, exclusive.

5.2.2 Na hipótese de resgate antecipado parcial, em geral ou por série, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário e com divulgação do resultado, por meio de envio de comunicação, por escrito, à totalidade dos Debenturistas da Primeira Série, dos Debenturistas da Segunda Série e/ou dos Debenturistas da Terceira Série, conforme aplicável, ou de publicação de aviso nos jornais usualmente utilizados pela Emissora para suas publicações legais, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações.

5.2.3 No caso de resgate antecipado das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série custodiadas eletronicamente na CETIP, a operacionalização do resgate antecipado será realizada, conforme o caso, de acordo com os procedimentos operacionais da CETIP, sendo que todas as etapas de habilitação dos Debenturistas da Primeira Série, dos Debenturistas da Segunda Série e/ou dos Debenturistas da Terceira Série, conforme aplicável, relacionadas a esse processo, tais como a qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures da Primeira Série, de Debêntures da Segunda Série e/ou de Debêntures da Terceira Série, conforme aplicável, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

5.3 **Oferta Facultativa de Resgate Antecipado**

5.3.1 *Oferta Facultativa de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série*

5.3.1.1 Não será permitido à Emissora realizar oferta facultativa de resgate antecipado das Debêntures da Primeira Série em circulação.

24
W
Rafael
Votaramentos
Divisão Jurídica

DUCESP
30 09 14

5.3.2 *Oferta Facultativa de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série*

5.3.2.1 A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar oferta facultativa de resgate antecipado, parcial ou total, das Debêntures da Segunda Série em circulação e/ou das Debêntures da Terceira Série, a ser endereçada a todos os Debenturistas da Segunda Série e/ou os Debenturistas da Terceira Série, conforme aplicável, para ambas ou apenas uma das duas séries, sem distinção, sendo assegurado a todos estes Debenturistas igualdade de condições, em geral ou por série, conforme definido pela Emissora, para aceitar ou recusar, a seu exclusivo critério, a oferta de resgate antecipado total das Debêntures da Segunda Série de sua titularidade e/ou das Debêntures da Terceira Série de sua titularidade, conforme aplicável ("Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série"), de acordo com as seguintes condições:

- (i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio aos Debenturistas da Segunda Série e/ou aos Debenturistas da Terceira Série, conforme aplicável, nos termos da Cláusula 4.9 acima, ou de comunicação individual à totalidade dos Debenturistas da Segunda Série e/ou dos Debenturistas da Terceira Série, conforme aplicável, a critério da Emissora, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias ("Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, incluindo (a) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será relativa à totalidade ou a parte das Debêntures da Segunda Série em circulação e/ou das Debêntures da Terceira Série em circulação e se abrangerá as Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série ou apenas uma das duas séries a ser especificada; (b) caso seja parcial, a quantidade de Debêntures da Segunda Série em circulação e/ou a quantidade de Debêntures da Terceira Série em circulação objeto da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série e/ou da Terceira Série, conforme aplicável; (c) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série e/ou da Terceira Série estará condicionada à aceitação desta por uma quantidade mínima de Debêntures da Segunda Série e/ou uma quantidade mínima de Debêntures da Terceira Série; (d) o valor do prêmio de resgate antecipado, caso exista, que não poderá ser negativo; (e) a forma de manifestação, à Emissora, pelos Debenturistas da Segunda Série e/ou pelos Debenturistas da Terceira Série que optarem pela adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; (f) a data efetiva para o resgate

W
BP
Ramo
Votante em Conselho
Diretor Jurídica

DUCESP
30 09 14

antecipado e o pagamento das Debêntures da Segunda Série e/ou Debêntures da Terceira Série indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, que será a mesma para todas as Debêntures da Segunda Série e/ou as Debêntures da Terceira Série indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série e que deverá ocorrer no prazo de, no mínimo, 10 (dez) dias contados da data da Comunicação de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série; e (g) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas da Segunda Série e/ou pelos Debenturistas da Terceira Série e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série;

- (ii) após a Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, os Debenturistas da Segunda Série e/ou os Debenturistas da Terceira Série, conforme aplicável, que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série deverão se manifestar nesse sentido à Emissora até o encerramento do prazo a ser estabelecido na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série;
- (iii) a Emissora deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (b) com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado, comunicar ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP a respectiva data do resgate antecipado;
- (iv) o valor a ser pago aos Debenturistas da Segunda Série e/ou aos Debenturistas da Terceira Série, conforme aplicável, pela Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série e/ou aos das Debêntures da Terceira Série indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, conforme aplicável, acrescido (a) dos Juros Remuneratórios das Debêntures

JUCESP
30 09 14

da Segunda Série ou dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Terceira Série, conforme aplicável, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série ou dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Terceira Série, conforme aplicável, imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento; e (b) se for o caso, de prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas da respectiva série, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo;

- (v) caso a Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série se refira a parte das Debêntures da respectiva série em circulação e a quantidade das Debêntures em circulação que tenham sido indicadas em adesão à Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série seja maior do que a quantidade à qual a Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série foi originalmente direcionada, o resgate antecipado será feito por meio de sorteio, coordenado pelo Agente Fiduciário e cujo procedimento será definido na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série. Os Debenturistas da Segunda Série e os Debenturistas da Terceira Série, conforme aplicável, serão informados, por escrito, com a antecedência prevista na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série sobre o resultado do sorteio;
- (vi) o pagamento das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série resgatadas antecipadamente por meio da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série será realizado nos termos da Cláusula 4.8.1 acima; e
- (vii) com relação às Debêntures da Segunda Série e/ou às Debêntures da Terceira Série (a) que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado será efetuado em conformidade com os procedimentos operacionais da CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas da Segunda Série e/ou dos Debenturistas da Terceira Série, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures da Segunda Série e/ou de Debêntures da Terceira Série, conforme aplicável, a serem resgatadas antecipadamente serão realizadas fora do âmbito da CETIP; e (b) que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, será efetuado em conformidade com os procedimentos operacionais do Escriturador.

JUCESP
30 09 14

5.4 Vencimento Antecipado

5.4.1 Hipóteses de vencimento antecipado

5.4.1.1 Os titulares das Debêntures poderão, observado o disposto nas Cláusulas 5.4.3 e 8.8 abaixo, na ciência da ocorrência de qualquer dos eventos previstos em lei e/ou de qualquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"), declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora: (i) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; e (ii) dos Encargos Moratórios, se for o caso:

- (i) (a) pedido de aut falência da Emissora ou pedido de falência não elidido no prazo legal; (b) decretação de falência da Emissora; (c) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora; ou (d) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (ii) não pagamento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures, nas datas de vencimento, não sanado no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado da data do respectivo inadimplemento;
- (iii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária referente à emissão de Debêntures, incluindo, mas sem limitação no que diz respeito a destinação dos recursos da Emissão, e desde que tal descumprimento não seja sanado no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias a contar do referido descumprimento, exceto nos casos em que haja previsão de prazo de cura específico e no caso de descumprimento da obrigação de utilização dos recursos da Emissão de acordo com esta Escritura de Emissão, em que não haverá qualquer prazo de cura;
- (iv) declaração de vencimento antecipado, por descumprimento contratual, de qualquer dívida, incluindo-se as emissões de debêntures, da Emissora ou de qualquer de suas Controladas (conforme definido abaixo), em valor individual ou agregado igual ou superior ao equivalente em reais a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América) ou seu valor equivalente em outras moedas;
- (v) inadimplemento, em sua respectiva data de vencimento ou após decorrido qualquer prazo de cura previsto, no pagamento de qualquer dívida da Emissora ou de

qualquer de suas Controladas, em valor individual ou agregado igual ou superior ao equivalente em reais a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o não pagamento da dívida na data de seu respectivo vencimento (a) tiver a concordância do credor correspondente, ou (b) estiver amparado por decisão judicial vigente obtida pela Emissora;

- W
- 237
- ppms
- Votaramentos Emissões
Divisão Gerência

JUCESP
30 09 14

administração ou diretoria da Emissora e, ainda, (b) dirigir ou orientar o funcionamento e as diretrizes da Emissora;

(xi) cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Emissora e/ou qualquer Controlada, exceto:

- (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação;
 - (b) exclusivamente no caso de cisão, fusão ou incorporação da Emissora, se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios da respectiva série, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios da respectiva série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento;
 - (c) pela incorporação, pela Emissora (de modo que a Emissora seja a incorporadora), de qualquer Controlada;
 - (d) pela incorporação, pela Emissora (de modo que a Emissora seja a incorporadora), de ações de emissão de qualquer Controlada; ou
 - (e) se realizada exclusivamente entre Controladas; ou
- (xii) caso as Debêntures tornem-se inválidas, ineficazes ou inexecutáveis contra a Emissora, ou caso a exequibilidade desse(s) instrumento(s) seja contestada pela Emissora ou, ainda, caso a Emissora negue ter responsabilidade sobre esse instrumento.

5.4.2 Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nos itens (i), (ii), (iv), (vi) e (viii) da Cláusula 5.4.1.1 acima, as obrigações decorrentes das Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

5.4.3 Ocorrendo qualquer dos demais Eventos de Inadimplemento que não sejam aqueles previstos na Cláusula 5.4.2 acima, o Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.3 abaixo, deverá convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data em que tomar ciência de sua

JUCESP
30 09 14

ocorrência, assembleia geral de Debenturistas, conforme procedimento previsto na Cláusula 8 abaixo para deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures. Se, em referida assembleia geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, decidirem por não declarar o vencimento antecipado das Debêntures por qualquer razão que seja, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos da assembleia geral de Debenturistas para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

5.4.4 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada, ou por "aviso de recebimento" expedido pelo correio, à Emissora, com cópia à CETIP, informando tal evento, para que a Emissora efetue o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do valor a ser pago em razão do vencimento antecipado das Debêntures, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

5.4.5 O valor a ser pago em razão do vencimento antecipado das Debêntures equivale ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série, dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série ou dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Terceira Série, conforme aplicável, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série, dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série ou dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Terceira Série, conforme aplicável, imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e, se for o caso, dos Encargos Moratórios.

5.4.6 Para os fins desta Escritura de Emissão:

- (i) "Controlada" significa qualquer sociedade ou outra entidade (a) em que a Emissora possua, direta ou indiretamente, mais de 50% (cinquenta por cento) de seu capital social; e (b) que represente mais de 15% (quinze por cento) do valor do total do ativo da Emissora com base nas suas mais recentes demonstrações financeiras consolidadas;
- (ii) "Garantias Permitidas" significam:
 - (a) qualquer garantia que recaia sobre os estoques ou recebíveis e ativos relacionados (que não aquelas descritas no subitem (c) abaixo), relativos a

DUCESP
30 09 14

quaisquer obrigações seguradas da Emissora e de suas Controladas: (1) em linhas de crédito/financiamento de curto prazo, realizadas no curso normal dos seus negócios; ou (2) em qualquer tipo de empréstimo ou captação para capital de giro;

- (b) garantias constituídas unicamente para o propósito de assegurar o pagamento, no todo ou em parte, do preço de compra de um ativo ou propriedade adquirida, construída ou melhorada após a data de assinatura desta Escritura de Emissão (ou o custo de construção ou melhoria e qualquer comissão ou despesa relacionada a tal transação, incluindo o capital social de qualquer entidade), desde que: (1) o montante agregado principal da dívida garantida por tais gravames não exceda o preço de compra do ativo ou da propriedade adquirida, construída ou melhorada; (2) tais garantias não onerem nenhum ativo ou propriedade que não o ativo ou propriedade então adquirido, construído ou melhorado; e, ainda, (3) sejam outras que não aquelas propriedades sem melhorias sobre a qual a propriedade então construída, ou a melhoria estejam localizadas, e sejam vinculadas a tal ativo ou propriedade no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a contar da aquisição, construção ou melhoria de tal ativo ou propriedade;
- (c) garantias sobre recebíveis e bens relacionados à exportação, importação ou outras transações comerciais com fornecedores ou clientes da Emissora, desde que o montante agregado de quaisquer recebíveis vendidos ou transferidos não exceda: (1) em relação às transações relativas às receitas provenientes de exportações, 80% (oitenta por cento) das vendas líquidas consolidadas da Emissora e de suas Controladas; ou (2) em relação às transações relativas às receitas provenientes de vendas domésticas, 80% (oitenta por cento) das vendas líquidas consolidadas dentro do país de operação da Emissora e de suas Controladas;
- (d) garantias concedidas para assegurar empréstimos junto ao (1) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ou qualquer outro banco de desenvolvimento público brasileiro ou instituição de crédito; ou (2) qualquer seguradora, banco ou agência internacional de desenvolvimento e de importação e exportação;
- (e) garantias existentes na data de assinatura desta Escritura de Emissão;

JUCESP
30 09 14

- (f) garantias sobre bens ou ações do capital social de outra entidade no momento em que tal entidade passar a pertencer ao grupo da Emissora e de suas Controladas, desde que tais garantias não se estendam a qualquer outro bem de propriedade de referida entidade;
-
- (g) garantias sobre bens no momento em que a Emissora ou qualquer de suas Controladas adquiram tal bem, incluindo qualquer aquisição por meio de fusão com, ou incorporação dentro de tal entidade ou de uma controlada de tal entidade, desde que tais garantias não se estendam a qualquer outro bem de propriedade de referida entidade;
- (h) garantias assegurando uma dívida da Emissora ou outras obrigações de qualquer das Controladas da Emissora;
- (i) garantias em favor de cauções, avais ou cartas de crédito emitidas de acordo com a solicitação da, e para a conta de tal entidade, decorrentes do curso regular dos negócios da Emissora e de suas Controladas;
- (j) garantias assegurando obrigações decorrentes de contratos de *hedge*, não relacionados a propósitos especulativos;
- (k) qualquer garantia estendendo, renovando ou substituindo (ou sucessivas extensões, renovações ou substituições de), no todo ou em parte, qualquer Garantia Permitida, nos termos dos subitens (b), (d), (e), (f) ou (g) acima, desde que tal montante principal garantido não exceda o montante principal da dívida então segurada ao tempo da extensão, renovação ou substituição e desde que tal extensão, renovação ou substituição seja limitada ao todo ou parte do bem segurado pela garantia então estendida, renovada ou substituída (acrescidas das melhorias sobre tais bens); e
- (l) qualquer garantia não descrita nos subitens (a) a (k) acima, e desde que assegure dívidas as quais, excluídas as dívidas seguradas por outras garantias permitidas, não excedam o montante agregado principal equivalente a 15% (quinze por cento) do total do ativo da Emissora com base nas suas mais recentes demonstrações financeiras consolidadas; e

DUCEXP
30 09 14

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

-
- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
-
- (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou até 10 (dez) dias após a data de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas e auditadas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes;
 - (b) no mesmo prazo previsto na linha (a) acima, declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando (b.1) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura de Emissão, (b.2) a não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; e (b.3) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;
 - (c) dentro de 30 (trinta) Dias Úteis após sua realização, cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas e fatos relevantes;
 - (d) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora envolvendo procedimento de valor individual equivalente a, no mínimo, US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), em até 30 (trinta) Dias Úteis após o oferecimento de qualquer forma de resposta, defesa, contestação ou reconvenção, conforme o caso, acompanhada da respectiva cópia destes;
 - (e) informações a respeito de qualquer dos Eventos de Inadimplemento em até 1 (um) Dia Útil após a sua ocorrência;
 - (f) dentro de 20 (vinte) Dias Úteis (ou em prazo superior, caso assim venha a ser acordado entre o Agente Fiduciário e a Emissora), qualquer informação que razoavelmente venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário, desde que tal informação seja indispensável para que este último possa cumprir com suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão

DUCESP
30 09 14

e da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"); e

- (g) ~~proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;~~
- (ii) publicar, durante a vigência desta Emissão, suas informações financeiras trimestrais revisadas, com exceção das informações financeiras trimestrais relativas ao último período (4º trimestre) que não precisarão ser apresentadas;
- (iii) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
- (a) preparar as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (b) submeter as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
- (c) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na Internet e enviar à CETIP as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
- (d) por um prazo de 3 (três) anos contados da respectiva data de divulgação, manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na Internet;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
- (f) divulgar, em sua página na Internet, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358,

30/09/14

comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário, ao Coordenador Líder e à CETIP; e

(g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.

-
- (iv) ~~enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores~~ previstas na alínea (d) do subitem (iii) acima; e (b) documentos e informações exigidas por esta entidade que sejam razoáveis e necessários para a manutenção do registro das Debêntures e da própria Emissão perante tal entidade no prazo de 1 (um) Dia Útil (se prazo superior não se fizer necessário) a contar do recebimento de notificação nesse sentido;
- (v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (vi) convocar assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8 abaixo, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos desta Escritura de Emissão, mas não o faça;
- (vii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (viii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (x) não ceder ou de qualquer outra forma transferir qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, exceto (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, a 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação; ou (b) se a cessão ou qualquer forma de transferência for realizada a qualquer pessoa ou entidade que esteja sob o controle, direto ou indireto da Emissora, desde que, neste caso, a Emissora permaneça como fiadora e principal pagadora solidariamente responsável com o cessionário pelas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
-

DUCKSP
30 09 14

- (xi) notificar, em 5 (cinco) Dias Úteis, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- (xii) não pagar dividendos aos seus acionistas além do mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco inteiros por cento) quando ocorrer qualquer hipótese de declaração de vencimento antecipado não curada que envolva um inadimplemento de obrigação de pagar, no que diz respeito à Emissão;
- (xiii) manter seus bens adequadamente segurados de acordo com a estratégia da Emissora;
- (xiv) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xv) arcar com todos os custos decorrentes (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora, e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante e Escriturador Mandatário;
- (xvi) informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual do Agente Fiduciário, inclusive organograma societário da Emissora, conforme previsto na Instrução CVM 28, em 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou até 10 (dez) dias após a data das divulgações das demonstrações financeiras, o que ocorrer primeiro. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social; e
- (xvii) utilizar os recursos oriundos da Emissão na forma descrita na Cláusula 3.6 acima.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 A Emissora constitui e nomeia como agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, acima qualificado, o qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

JUCESP
30 09 14

7.2. A Emissora declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora ou por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM.

7.3.1 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.2 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo da distribuição, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.3.4 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.5 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita esta Escritura de Emissão.

7.3.6 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura de Emissão e a legislação em vigor.

7.3.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

DUCE SP
30 09 14

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, baseado unicamente nas informações prestadas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o que os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência de descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora, às expensas da Emissora, desde que as mesmas sejam comprovadas e razoáveis;

W
23A
Ramo
Valorização
Divisão
Médica

DUCEAP
30 09 14

- (ix) solicitar, quando considerar necessário, de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas desta;
- ~~(x) convocar, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.9 acima, às expensas da Emissora;~~
- (xi) comparecer à assembleia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate, amortização do saldo devedor do Valor Nominal Unitário e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e demais documentos da Emissão;

30 09 14

- (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28. Para tanto, a Emissora deverá disponibilizar cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo, inclusive controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- (xiii) colocar o relatório de que trata o item (xii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
 - (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório;
 - (c) na CVM;
 - (d) na CETIP; e
 - (e) na sede do Coordenador Líder;
- (xiv) publicar, nos órgãos da imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no inciso anterior;
- (xv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário, bem como a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

W


Votante Controlador
Direção Jurídica

DUEESP
30 09 14

(xvi) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente nos casos previstos nesta Escritura de Emissão, se aplicável;

(xvii) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, na forma desta Escritura de Emissão, informando prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;

(xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;

(xix) divulgar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, em sua página na Internet e/ou em sua central de atendimento, em cada Dia Útil, o saldo devedor unitário das Debêntures, conforme calculado pelo Agente Fiduciário; e

(xx) acompanhar junto à Emissora, ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão.

7.5 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura de Emissão:

(i) declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;

(ii) requerer a falência, nos termos previstos na legislação e regulamentação aplicáveis, da Emissora;

(iii) tomar todas as providências para a realização dos créditos dos Debenturistas; e

W
22/09/14
2
Protocolo de Emissão
Divisão Jurídica

JUCESP
30 09 14

- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial e/ou insolvência da Emissora.

7.5.1 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iii) acima se, convocada a assembleia geral de Debenturistas, esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.5 (iv) acima.

7.6 Será devido, pela Emissora, ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a uma remuneração anual de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após a assinatura desta Escritura de Emissão, e os demais pagamentos, nas mesmas datas dos anos subsequentes.

7.6.1 A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); (iv) IR (Imposto sobre a Renda) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que tais valores indicados nesta Escritura de Emissão correspondam a valores líquidos destes tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras.

7.6.2 A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.6 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da primeira parcela de que trata a Cláusula 7.6 acima, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

7.6.3 A remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando, em nome dos Debenturistas, na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

7.6.4 A remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas razoavelmente incorridas pelo Agente Fiduciário no estrito exercício da função de Agente Fiduciário, conforme sejam comprovadamente necessárias para o exercício de referida função, tais como, notificações, extração de certidões, publicações em geral, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, despesas com *conference calls* e contatos telefônicos, despesas com viagens, transportes,

W
27
pays
e outros documentos
Brisa Jurídica

DUCEAP
30 09 14

alimentação e estadias, despesas com especialistas, tais como, auditoria e /ou fiscalização ou assessoria legal aos Debenturistas, entre outras, desde que devidamente comprovadas.

7.6.5 Em caso de mora no pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido.

7.6.6 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em circulação, fica estabelecido que o Agente Fiduciário deverá devolver à Emissora, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas), a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data do efetivo cancelamento ou resgate da totalidade das Debêntures até a data de pagamento da remuneração seguinte prevista. Em caso de mora na devolução, a parcela da remuneração em atraso ficará sujeita a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, sendo que a contagem de mora ocorrerá a partir da notificação da Emissora ao Agente Fiduciário nesse sentido.

7.6.7 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas), a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data da efetiva substituição até a data de pagamento da remuneração seguinte prevista. Em caso de mora na devolução, a parcela da remuneração em atraso ficará sujeita a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, sendo que a contagem de mora ocorrerá a partir da notificação da Emissora ao Agente Fiduciário nesse sentido.

7.6.8 Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

7.7 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.7.1 O ressarcimento a que se refere à Cláusula 7.7 acima será efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.7.2 Tais despesas a serem adiantadas ou reembolsadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de

DUCESP
30 09 14

ações judiciais propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

7.7.3 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora.

7.7.4 As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

7.7.5 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenham sido saldados na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

7.7.6 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário (i) que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas; e/ou (ii) relacionados ao cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, somente serão válidas mediante a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em assembleia geral de Debenturistas.

7.7.7 Nenhuma atribuição ou obrigação tácita será interpretada nesta Escritura de Emissão contra o Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário não será obrigado e/ou vinculado pelas disposições de qualquer outro contrato no qual o Agente Fiduciário não figure como parte e/ou interveniente.

7.7.8 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

JUCESP
30 09 14

7.7.9 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo desta Escritura de Emissão, da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido desta Escritura de Emissão e da legislação aplicável.

8. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, observado que a assembleia geral pode ser instalada:

- (i) caso o assunto a ser deliberado seja comum a todas as séries; ou
- (ii) caso o assunto a ser deliberado seja específico para uma ou mais séries, hipótese em que a assembleia geral será realizada em separado, computando-se separadamente os respectivos quoruns de convocação, instalação e deliberação, a fim de tratar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da Primeira Série, dos Debenturistas da Segunda Série e/ou dos Debenturistas da Terceira Série, conforme aplicável.

8.2 Para os fins desta Escritura de Emissão, o assunto a ser deliberado será considerado específico para determinada série na hipótese prevista nas Cláusulas 4.5.1.1.5, 4.5.1.2.5 e 4.5.1.3.5 acima, bem como sempre que se referir às alterações: (i) dos Juros Remuneratórios aplicável; (ii) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão relativos à respectiva série; e/ou (iii) do prazo de vigência das Debêntures da respectiva série.

8.3 Os procedimentos previstos nesta Cláusula 8 serão aplicáveis às assembleias de Debenturistas de todas as séries, bem como às assembleias de Debenturistas da Primeira Série, às assembleias de Debenturistas da Segunda Série e às assembleias de Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, e os quoruns nesta Cláusula previstos deverão ser calculados levando-se em

23
w
Assinatura
Notário
Divisão Jurídica

DUCESP
30 09 14

consideração o total das Debêntures de todas as séries ou o total das Debêntures de cada uma das séries, conforme o caso.

8.4 A convocação das assembleias gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 4.9 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.

8.5 As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM.

8.5.1 Para efeito da constituição de quórum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula 8, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau e respectivos cônjuges desses diretores, conselheiros ou parentes até segundo grau.

8.6 As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

8.7 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias gerais dos Debenturistas.

8.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembleia geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.97 A presidência da assembleia geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.10 Nas deliberações da assembleia geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma previsto nesta Escritura de Emissão e nas hipóteses de alteração da redação das Cláusulas 4.1.3, 4.5, 4.7, 5.2 e 5.4 acima, as quais dependerão da aprovação de 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

JUCESP
30 09 14

8.10.1 A alteração de quórum qualificado previsto na presente Escritura de Emissão dependerá da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

8.10.1.1 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observado o quórum para tanto estabelecido nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à assembleia geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva assembleia geral de Debenturistas.

8.11 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 O Agente Fiduciário declara, ainda, que:

- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (iii) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto;
- (v) sob as penas da lei, não tem nenhum impedimento legal, conforme definido no artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e no artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (vi) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (vii) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;

DUCESP
30 09 14

- (viii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente; e

(ix) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento. Destaca, ainda, que a verificação pelo Agente Fiduciário a respeito da veracidade das declarações prestadas pela Emissora se deu através das informações fornecidas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional relativo à veracidade das declarações ora apresentadas, com o que os Debenturistas, ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures, declaram-se cientes e de acordo;

(x) na data de celebração desta Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na (a) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples da Votorantim Industrial S.A., não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantia real ou fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no valor de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na data de emissão, qual seja, 25 de setembro de 2013, representada por 50.000 (cinquenta mil) debêntures, com prazo de 3 (três) anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 25 de setembro de 2016, não tendo ocorrido, até a data de celebração desta Escritura de Emissão, qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento; (b) 4ª (quarta) emissão de debêntures simples da Emissora, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da Votorantim Industrial S.A., para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no valor de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), na data de emissão, qual seja, 20 de janeiro de 2012, representada por 1.000 (mil) debêntures, sendo 500 (quinhentas) debêntures da 1ª (primeira) série e 500 (quinhentas) debêntures da 2ª (segunda) série, vencendo-se em 31 de maio de 2018, não tendo ocorrido, até a data de celebração desta Escritura de Emissão, qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento; (c) 5ª (quinta) emissão de debêntures simples da Emissora, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da Votorantim Industrial S.A., para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no valor de R\$1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais), na data de emissão, qual seja, 5 de dezembro de 2012, representada por 120.000 (cento e vinte mil) debêntures, com prazo de 5 (cinco) anos contados da

JUCESP
30 09 14

data de emissão, vencendo-se, portanto, em 5 de dezembro de 2018, não tendo ocorrido, até a data de celebração desta Escritura de Emissão, qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento; (d) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples da Votorantim Industrial S.A., não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantia real ou fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no valor de R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), na data de emissão, qual seja, 25 de fevereiro de 2014, representada por 45.000 (quarenta e cinco mil) debêntures, com prazo de 3 (três) anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 25 de fevereiro de 2017, não tendo ocorrido, até a data de celebração desta Escritura de Emissão, qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento; e (e) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples da Votorantim Siderurgia S.A., não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da Votorantim Industrial S.A., para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no valor de R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), na data de emissão, qual seja, 25 de março de 2014, representada por 45.000 (quarenta e cinco mil) debêntures, com prazo de 3 (três) anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 25 de março de 2017, não tendo ocorrido, até a data de celebração desta Escritura de Emissão, qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento; e

- (xi) tendo em vista o disposto no inciso (x) acima, assegurará tratamento equitativo a todos os Debenturistas e a todos os titulares das debêntures a que se refere o inciso (x) acima.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1 A Emissora declara e garante que:

- (i) é sociedade por ações sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM, devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil e dos demais países em que a Emissora possui filiais ou escritórios de representação, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;

JUCESP
30 09 14

- (iii) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes ~~bastantes para tanto;~~
- (v) a celebração da Escritura de Emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura de Emissão na JUCESP, o arquivamento da ata da RCA e da ata da AGE na JUCESP e suas respectivas publicações no DOESP e no jornal "Diário do Comércio" e o registro das debêntures na CETIP;
- (vii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- (viii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (ix) manterá os seus bens adequadamente seguros de acordo com a estratégia da Emissora;
- (x) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, ~~não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira~~ adversa sua solvência;
- (xi) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi determinada por sua livre vontade;

W
D
Votante
Diretor Jurídico

JUCESP
30 09 14

- (xii) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 30 de junho de 2014, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquela data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora;
- (xiii) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.6 acima;
- (xiv) ressalvado(s) o(s) caso(s) em que o não cumprimento (individual ou agregado) não seja razoavelmente considerado como algo que causará um Efeito Adverso Relevante (conforme definido abaixo), está cumprindo com a legislação ambiental e as licenças ambientais relevantes aplicáveis à condução de seus negócios e à manutenção de suas propriedades, e possui nesta data todas as autorizações e licenças relevantes exigidas para a condução de seus negócios. Para os fins deste item (xiv) desta Cláusula 10.1, "Efeito Adverso Relevante" significa um efeito adverso relevante: (i) nos negócios, condições (financeiras ou de outra forma), operações, desempenho ou propriedades da Emissora; (ii) na capacidade da Emissora de executar suas obrigações relativas à Emissão; ou (iii) nos direitos e/ou medidas e ações da Emissora (estando certo que no caso de haver algum Efeito Adverso Relevante, deverá ser contabilizada (na medida correspondente) qualquer apólice de seguro, indenizações e reclamações disponíveis e aplicáveis, uma vez consideradas a natureza e o valor, bem como a probabilidade de recuperação desta referida apólice de seguro, indenizações e/ou reclamações); e
- (xv) salvo nos casos em que, de boa fé, esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução de suas atividades.

10.1.1 A Emissora obriga-se a notificar, após tomar conhecimento, o Agente Fiduciário e os Debenturistas caso qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima seja falsa e/ou incorreta em qualquer das datas em que foi prestada.

JUCESP
30 09 14

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora:

Votorantim Cimentos S.A.
Rua Gomes de Carvalho 1996, 11º andar
04547-006 São Paulo, SP
At.: Sra. Maria Gabriela de Carvalho Woge
Telefone: (11) 4572-4310
Fac-símile: (11) 4572-4000
Correio Eletrônico: gabriela.woge@vcimentos.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Avenida das Américas 4200, bloco 8, ala B, salas 303 e 304
22640-102 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro
Sra. Marcelle Motta Santoro
Sr. Marco Aurélio Ferreira
Telefone: (21) 3385-4565
Fac-símile: (21) 3385-4046
Correio Eletrônico: operacional@pentagonotruster.com.br

W

2

10/09/2014

Operador de Títulos e Valores Mobiliários

DUCESP
30 09 14

Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados
Avenida República do Chile 230, 11.º andar
20031-170 Rio de Janeiro, RJ
Telefone: (21) 2276-7474
Fac-símile: (21) 2252-4308 / (21) 2262-5481

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima 1663, 4º andar
01452-001 São Paulo, SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3115-1564
Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

11.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

11.1.3 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

11.1.4 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as Partes pela Emissora.

11.2 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito, faculdade ou remédio, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.3 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento,

W
Ramos
Votorantim Comércio
Direção Jurídica

JUCESP
30 09 14

comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.4 Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.5 ~~Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.~~

11.6 Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

11.7 Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

12. FORO

12.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura de Emissão, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 12 de setembro de 2014.

(As assinaturas seguem na página seguinte.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

JUCESP
30 09 14

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 7ª (sétima) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Três Séries, da Espécie Quirografária, sem Garantia Real ou Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Votorantim Cimentos S.A.)

Gabriela Woge

Rogier Hans Hofman

VOTORANTIM CIMENTOS S.A.

Por: **Maria Gabriela de
Carvalho Woge**
Cargo: **CPF 308.513.548-07**

Por: **Rogier Hans Hofman**
Cargo: **Gerente de Controladoria Global**
CPF: 232.708.758-94

Rosane Basilio

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Por: **Rosane da Silva Basilio**
Cargo: **Procuradora**
RG: 41.295.392-4
CPF: 421.493.088-60

Testemunhas:

1. *Cristiane Dantas*

Nome: **Cristiane Aschkenasi Dantas**
RG: **CPF: 021.498.067-70**

2. *Louise Bartkowiak de Oliveira*

Nome: **Louise Bartkowiak de Oliveira**
RG: **MG 1824105**



W
[Signature]
Votorantim Cimentos
Diretoria Jurídica